

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010904-28.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Ferpa Celulares Ltda EPP**  
 Requerido: **Matheus Cerminaro da Cruz**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**FERPA CELULARES LTDA EPP** ajuizou **Ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS** em face de **MATHEUS CERMINARO DA CRUZ**, todos devidamente qualificados.

Consta da inicial, que no dia 04/04/2014 o autor compareceu à loja da autora comunicando defeito na câmera do celular que havia adquirido há um mês (mais especificamente em 01/03/2014). Analisando o aparelho, um funcionário apurou a inexistência de defeito e sugeriu ao requerido que procurasse a assistência técnica. Mais tarde, no mesmo dia, diante de nova constatação de ausência de defeito, o requerido arremessou uma cadeira contra a vitrine da loja, destruindo os aparelhos descritos a fls. 02, o que gerou prejuízo de R\$ 38.599,00 e a lavratura de um Boletim de Ocorrência. Pediu que o requerido seja condenado a restituir o prejuízo sofrido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citado, o requerido apresentou defesa às fls. 65/83 alegando preliminar de carência da ação. No mérito, relatou que desde o segundo dia de uso o aparelho apresentou problemas na câmera e por diversas vezes, sem êxito, procurou a requerida para solucioná-los. Não provocou os prejuízos mencionados na inicial e os documentos juntados foram elaborados pela autora unilateralmente. Sustentou que na seara criminal teve extinta sua punibilidade diante da “renúncia da requerente em querer apresentar queixa em face do requerido” (textual). Argumentou que o laudo de fls. 19/24 analisa fatos de 07/04/2014 enquanto a requerente diz que o ocorrido se deu em 04/04/2014; que as notas fiscais juntadas às fls. 26/31 não dizem respeito aos aparelhos mencionados na inicial; que nas fotos carreadas no laudo pode-se perceber a existência de 5 aparelhos no chão, supostamente avariados, e não 18, e que a vitrine avariada comportava apenas 09 celulares. Por fim, impugnou o valor cobrado na inicial e a existência de lucros cessantes e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 96/97.

As partes foram instadas a produzir provas e requereram a oitiva de testemunhas.

A preliminar foi afastada pela decisão de fls. 112.

Audiência de conciliação restou infrutífera (fls. 109/110).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Às fls. 116 e 117/119 as partes desistiram da prova oral e mostraram desinteresse em outras provas. Na oportunidade o autor sustentou não ter atirado a cadeira na vitrine como mencionado pela decisão de fls. 112.

É o relatório.

**DECIDO, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA A LIDE POR ENTENDER QUE A COGNIÇÃO ESTÁ COMPLETA NOS MOLDES EM QUE SE ESTABILIZOU A CONTROVÉRSIA.**

A prova amealhada não permite que se atribua ao requerido o agir descrito na inicial.

Peticionando a fls. 65/83 (contestação) o postulado negou ter arremessado a cadeira contra a vitrine da loja e a autora não se dignou a demonstrar o contrário.

As fotos exibidas, é certo, indicam a vitrine quebrada, alguns aparelhos celulares pelo chão e uma cadeira destruída.

Nelas o requerido não aparece.

No mesmo sentido apontou o laudo do IC que segue a fls. 20/24.

Ocorre que a fls. 116 a autora desistiu da oitiva de suas testigos.

**Ou seja, nenhuma outra prova foi amealhada.**

Nessa linha de pensamento não temos como

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

atribuir ao demandado o ato ilícito que seria a geratriz de sua responsabilização.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA VESTIBULAR.**

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado à causa.

**P. R. I.**

São Carlos, 07 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**